

DIRETO DA FONTE

SONIA RACY

Entre as medidas definidas, o ministro Pedro Malan – e o governo como um todo – escolheu a contribuição dos ativos e inativos do funcionalismo público como alvo central do ajuste fiscal pretendido. Missionariamente, Malan repetiu durante todo o dia a explicação do porquê da equação, frisando que os servidores somam 3 milhões e contribuem com sete vezes menos o que recebem enquanto no INSS o déficit é de 15%...



Milton M. Machado/AF

A área econômica do governo FHC conseguiu produzir um Programa de Estabilidade Fiscal que pára em pé, mas que traz uma questão importante. Quando é que a dívida pública vai se estabilizar em relação ao PIB? Isso depende diretamente da velocidade da queda dos juros, o que não se consegue, na prática, prever apesar de o governo ter se arriscado ontem e feito algumas projeções (ver abaixo), até mesmo sobre o desempenho necessário para o Brasil terminar o próximo triênio com uma relação dívida/PIB de 44,4%. Ressalte-se que a equipe não se deixou levar pela tentação populista de incluir coisas como redução de gastos de turistas, imposto sobre fortunas e outras, do tipo sem relevância, só para conquistar a opinião pública, indicando que a interferência política deve ter sido mínima. Medidas na mesa, os “técnicos” passaram a bola para o Congresso. A aprovação do programa consiste no terceiro e mais difícil turno das eleições, e dependerá da habilidade dos governistas e de um esclarecimento à sociedade, de quem, em princípio, dependem os parlamentares.

O governo concentrou-se em poucas, mas profundas, medidas, para que o sofrimento dure o mínimo possível. A parte mais difícil está concentrada nos oito primeiros meses, nos quais o governo trabalha com queda de PIB e de arrecadação já contabilizadas. Depois, mediante o sucesso do programa, haverá um abrandamento. O esforço fiscal montado é de nada menos que R\$ 28 bilhões para 99 e, sem ele, o Brasil teria, no ano que vem, segundo dados do programa, nada menos que R\$ 11,6 bilhões de déficit. Caso as medidas emplaquem como estão, o País sai desta posição para um superávit primário de R\$ 16,3 bilhões, ou seja, 1,8% do PIB.

No entanto, o déficit nominal, segundo admite o governo, será de algo em torno de 4% do PIB. E o superávit, também em 99, de 2,6% do PIB. O que leva à conclusão de que os juros vão comer 6,5% do PIB. Ou mais de R\$ 50 bilhões... O equivalente a três vezes o esforço fiscal para o mesmo ano.

Estados e municípios

Os Estados e municípios, por sua vez, entram com uma contribuição extra de 0,4% do PIB em 99, 0,5% em 2000 e 0,5% em 2001. Como? “Basta que cumpram o acordo da rolagem da dívida assinado com a União”, explicou ontem o ministro Malan em reunião-almoço, de duas horas, com alguns jornalistas.

Presentes, também, o ministro Paulo Paiva, José Roberto Mendonça de Barros, da Camex, e o secretário Amaury Bier. E se os Estados não quiserem cumprir o acordo? “Há 24 acordos assinados e uma penalidade estabelecida para

quem não cumprir”, explica Malan. E conta que quatro Estados – sem especificar quais – já foram punidos. O Tesouro bloqueou as transferências constitucionais e está atrás da receita de ICMS.

Estatais

As estatais também irão contribuir com superávit de 0,4% do PIB em 99, de 0,3% em 2000, e 0,2% em 2001.

Quem gasta

Detalhe interessante registrado em quadro que apresenta o resultado primário do Tesouro, excluindo a Previdência.

As receitas totais entre 95 e 98 cresceram 33,2% e as transferências para Estados e municípios aumentaram na mesma proporção, 35%. Já a União ficou com 62% mais. Isso mostra que não são só Estados e municípios que gastam.

Estabilização da dívida

Para estabilizar a dívida, o resultado primário proposto no programa é de 2,6% do PIB em 99, 2,8% em 2000 e 3% em 2001.

Com a projeção de juros (ver abaixo), é difícil saber como a meta será atingida. Haverá novo corte para o Brasil poder pagar o principal?

Projeção de juros

Do programa divulgado, há uma tabela referente a juros para o próximo triênio cuja média não fica clara. Indagado sobre isso, Amaury Bier detalhou: o governo vai trabalhar, em 99, com média de 21,89%, no ano 2000 de 16,88% e em 2001 de 13,37%. “Mas que fique claro que isso é uma média e não significa redução uniforme.”

No fato

O mercado de bradies do Brasil não reagiu ontem às medidas. Manteve-se fraco o dia todo, mesmo porque os investidores estavam de ressaca do dia anterior, quando correram rumores sobre desvalorização do real. Os C-bonds foram cotados a 61 centavos do seu valor de face e os IDUs a 86 centavos.

São Paulo

Perguntado sobre a rolagem da dívida da Prefeitura de São Paulo, de mais de R\$ 10 bilhões, o ministro Malan não negou nem confirmou as negociações.

E lembrou: o acordo da dívida dos Estados exigiu dois anos de negociação.

Bom humor

No final do almoço, Malan contou que um amigo seu pegou um táxi na Argentina cujo motorista acompanhava o déficit público local. “O que aconteceria aqui se a conscientização da população chegasse a esse nível?”

Ao que Mendonça de Barros respondeu: “De imediato, haveria vários PhDs sem emprego...”

LINHA DIRETA

■ Frase do dia, registrada no resumo do Programa de Estabilidade Fiscal: “A trajetória atual é de inequívoca insolvência fiscal.” Exatamente o oposto do que se ouvia não muito tempo atrás...

■ Revista da vez, carregada pelo ministro Pedro Malan, que a apresentou ontem durante sua exposição pública: *The Economist*, cuja reportagem de capa pergunta “A China será a próxima a sofrer?”

■ Realidade. Acabou ontem a política gradualista abraçada pelo governo FHC nos últimos quatro anos, com exceção da cambial.

■ E-mail: soracy@estado.com.br.

JOELMIR BETING

“E pensar que a luta pela independência do Brasil começou exatamente quando os portugueses exageraram na cobrança de impostos.” Millôr Fernandes, jornalista.

Última bordoadada?

“Chega de bordoadas!”, brada no título o manifesto publicado nos jornais pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e pelo Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas (Sindimaq). O manifesto sustenta que a política econômica desgarrou-se da economia real do Real porque se deixou ficar refém da especulação financeira global.

■ Em tom de denúncia, a Abimaq e o Sindimaq abrem a caixa de ferramentas: “Os setores produtivos estão represados pela falta de um caminho seguro. Isso retarda projetos, cancela negócios e atrofia empregos. Os únicos beneficiados são os especuladores – imediatistas, apátridas e oportunistas. Cortem-se as asas dessas aves de rapina e revigore-se o papel dos investidores de médio e longo prazos.”



que arrebenta a credibilidade externa do País e atrai o raio externo dos ataques especulativos é um setor público perdulário e um setor privado asfixiado. Pois o programa trienal de ajuste fiscal, costurado em clima de emergência nacional, ensaia apagar o incêndio com gasolina, na percepção das entidades da indústria de base.

■ Seguinte: aumentar impostos para alavancar o superávit primário ajustado com o FMI é ignorar uma regrinha fiscal ensinada pelo próprio FMI – o risco da autofagia tributária. Ou seja: quando a carga tributária ultrapassa a capacidade contributiva da

economia e da sociedade, qualquer aumento de impostos pode resultar em perdas e não em ganhos de arrecadação. Esfolados, contribuintes e consumidores refugiam-se na retração dos negócios ou simplesmente embarcam na canoa furada da sonogação ainda maior de tributos e encargos. Incluídos os encargos da Previdência, vilão maior do desarranjo fiscal.

■ O fenômeno é universal. Levantamento da Economist Intelligence Unit mostra que a evasão fiscal cresce na razão direta da sobrecarga tributária. Pela renda per capita, os americanos deveriam recolher impostos da ordem de 43% do PIB. Como a carga não passa de 31%, a mesma do Brasil de setembro, a evasão fiscal nos Estados Unidos não passa de 9% da arrecadação presumida. Pela mesma renda per capita, os brasileiros deveriam estar recolhendo impostos da ordem de 24% do PIB, no máximo. Como a carga avança para 32,5%, maior que a dos Estados Unidos, a evasão fiscal no Brasil vai de 38%, segundo a EIU, até 52%, segundo a SRF.

■ O trabalho sem registro em carteira dá uma pista da dimensão da informalidade econômica no Brasil. Ela já é de 57% da força de trabalho ocupada. Sociólogo americano de Princeton, Richard Hadfield identifica na “informalização da atividade econômica” menos um relaxamento do aparato fiscal e mais “um protesto coletivo (e lucrativo) contra a ganância do Estado na aurora do Terceiro Milênio”.

SECOS & MOLHADOS

E os juros? – Em tom solene, o presidente Fernando Henrique Cardoso exhibe a mancha boa da jaca mole do ajuste fiscal: a redução futura dos juros. E desde quando se passa aviso prévio sobre redução de juros?

Paralisia – Aviso prévio de baixa de juros aumenta a aflição dos aflitos. As lojas retardam os pedidos nas fábricas e os consumidores protelam as compras nas lojas. A ordem é aguardar por um crediário mais longo e menos caro. Antes do Natal ou só após o carnaval?

Barrigão – Tudo vai depender da velocidade da negociação e da aprovação das medidas lá onde a onça bebe água turva: o Congresso. Carpintaria legislativa sobre matéria tão abrasiva tende a ser empurrada com o barrigão da classe política.

Quem sabe? – A menos que estoure de fora para dentro um novo choque da crise global, já em novembro. A revista *The Economist* desta semana dá na capa: a bola da vez, agora, é o planeta China.